

Bom dia a todos e muito obrigado pela vossa presença, que muito honra e abrilhanta esta cerimónia.

Neste discurso de tomada de posse irei falar, de forma sucinta, em três assuntos que, sem menosprezar outras iniciativas que iremos executar, serão o foco da nossa atenção nos próximos tempos. Refiro-me à questão dos vínculos e carreiras, à questão da relação com outras estruturas sindicais e à questão do relacionamento com os sócios.

Relativamente ao primeiro item gostaria de começar por referir o que se apresenta hoje como um discurso dominante na sociedade portuguesa: Que estamos em crise.

Efectivamente, todos os dias membros do governo nos dizem que é necessário fazer sacrifícios. Que estes são tempos difíceis. Que temos de recuperar a credibilidade dos mercados.

Na maior parte dos casos, os meios de comunicação repetem acriticamente estas mensagens.

E os cidadãos sentem-se incrédulos, confusos e desorientados - em suma, em estado de choque -, perante o descalabro do país e das suas condições de vida. Incrédulos perante o desmoronar das conquistas que foram obtidas no campo laboral, na saúde, ou na assistência social. Conquistas que, frise-se, até há pouco tempo atrás, serviam, no vocabulário dos governantes e “especialistas”, para balizar a diferença entre um país civilizado e um país em vias de desenvolvimento. É caso para nos questionarmos em que tipo de país estamos hoje? E para que tipo de país caminhamos no futuro?

Neste contexto de perturbação social, o triplo ataque que foi perpetrado contra os serviços de finanças na madrugada e manhã do dia 24 de Novembro de 2011, mais do que um ataque aos serviços em si, foi um ataque à instituição, hoje Tributária e Aduaneira, que, aos olhos dos cidadãos, se confunde com o Estado e com o governo. Desta forma foi feito um sério aviso que deve ser tido em conta no futuro.

Sobretudo porque mostra o aumento do descontentamento dos cidadãos face aos sacrifícios exigidos. E porque mostra também que existe uma grande dose de incompreensão popular face à injustiça na repartição desses sacrifícios.

Enquanto trabalhadores da AT, e salvaguardado o brio profissional, que ainda recentemente foi elogiado pelo Ministro das Finanças, e também enquanto cidadãos, cabe-nos reflectir sobre o estado do país. E, na área fiscal e aduaneira, não é despiendo concluir que existe uma dose substancial de injustiça fiscal que urge combater.

O reconhecimento desse facto, inclusive pelo governo, está expresso, por exemplo, no número de vezes que o chavão “combate à fraude e à evasão fiscal” figura nos discursos oficiais de membros de todas as bancadas parlamentares. Urge, pois, que este combate deixe o papel e o vernáculo e passe à realidade.

Neste combate, que reúne o nosso maior apoio, gostaríamos de frisar que a extensão do vínculo de nomeação a todos os trabalhadores da AT é a grande medida político-legislativa que deve ser tomada para esta batalha ser ganha. Porque vai dar mais poderes aos trabalhadores - não para cobrarem mais aos mesmos, mas para deterem o poder de cobrar a quem se furta ao sistema, ou deturpa os seus rendimentos ou operações com o propósito de pagar menos. E porque vai acrescentar ao brio profissional dos trabalhadores da AT, o sentimento de laborem em prol de um melhor Estado, para uma distribuição mais justa e equitativa dos sacrifícios que são exigidos a todos. Logo, como uma função compreendida e respeitada pelos cidadãos. Menos propícia a ser objecto de ataques que a visam directa ou indirectamente.

Além do mais, cremos que é justo que quem já é denominado de autoridade pelo governo e tido como órgão de autoridade pelos cidadãos, possua de facto essa autoridade reconhecida na lei, consubstanciada como função nuclear do Estado.

A fusão das três Direcções-gerais – das Alfândegas, da Informática Fiscal e Aduaneira e dos Impostos – num novo organismo, denominado AT, que detém como objectivos genéricos possibilitar uma maior coordenação na execução das políticas fiscais, reforçar o combate à fraude e à evasão fiscais e garantir uma utilização mais eficiente dos recursos existentes, irá propiciar, brevemente, o início de uma negociação de carreiras, que é portadora de esperança no sentido de alcançarmos esta almejada autoridade.

Como referimos no programa eleitoral, saberemos estar à altura das negociações e, sobretudo, iremos honrar o compromisso de envolver todos os trabalhadores da AT neste processo. O novo diploma de carreiras, matéria fundamental na nossa acção imediata, é uma janela de oportunidade, para concretizar, no âmbito da AT, aquilo que por enquanto permanece excessivamente difuso.

Mas este processo de fusão, juntamente com a crise que vivemos, abre também um novo patamar de exigência ao nosso sindicato.

E aqui entramos no segundo ponto deste discurso que passará a versar sobre a unidade sindical.

De facto, se a exigência de convergência com outros sindicatos e estruturas representativas dos trabalhadores até aqui foi sempre uma realidade presente, mas não premente, a partir de agora, e salvaguardada a independência do STI, com esta direcção, passa a ser uma prática normal e indispensável.

Sobretudo porque defendemos que o que diz respeito a todos deve ser decidido por todos, porque sabemos que temos todos muito a aprender uns com os outros e, sobretudo, porque todos juntos somos muito mais do que a soma das partes. E neste momento, em que os problemas que nos afectam extravasam em muito a esfera de acção do nosso sindicato, só todos juntos é que poderemos encontrar, e dar, uma resposta satisfatória aos mesmos.

E isso significa estar disponível para trabalhar com os nossos colegas da Comissão de Trabalhadores das Alfândegas, com os nossos colegas da APIT e com todos os nossos colegas de outras estruturas sindicais, que se mostrem disponíveis para encetar uma nova fase de diálogo, entendimento e concertação sindical no âmbito da AT.

Mas também com as estruturas sindicais representativas da função pública, para em conjunto estarmos presentes quando for preciso. Para mais tarde, quando formos nós os necessitados, não ficarmos órfãos de apoio. E assim também, e por extensão, para com as duas centrais sindicais mais representativas do país.

Por fim, e em relação ao terceiro ponto desta minha intervenção, dirijo-me agora directamente aos sócios do STI para agradecer a confiança que depositaram em mim e na equipa que elegeram para orientar os destinos do sindicato nos próximos quatro anos. A todos o meu agradecimento pessoal e colectivo, em nome da nova Direcção Nacional.

Pessoalmente não consigo viver sem esperança. Sem um objectivo que me dê a possibilidade de sonhar, ou de pensar, que amanhã, se trabalhar afincadamente e cumprir com as minhas obrigações, não possa atingir um estado de realização pessoal e familiar que me permita dizer que valeram a pena os sacrifícios. O que nos estão a pedir este ano é que neguemos essa esperança. Que nos resignemos à realidade. Ora eu não me resigno a esta realidade e a esta falta de esperança. Independentemente do que nos dizem ou querem “colar à pele”, quem constrói a realidade presente e futura somos nós, os cidadãos. Não são os mercados ou outras entidades virtuais. Saibamos, pois, passo a passo, incorporar no nosso ADN a esperança, alicerçada numa vontade firme de construir o futuro.

Da nossa parte tudo faremos para construir um novo patamar de confiança no futuro. Por nós e por Portugal.

Em nosso louvor e em louvor do STI. Viva o STI!

Lisboa, 5 de Janeiro de 2012